

211
8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 288075-7 – Comarca de Recife

Agravante: Emerson Borba Ferreira da Silva.

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Gerência Caruaru/PE.

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REABERTURA DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA. POSSIBILIDADE. SEGURADO IMPOSSIBILITADO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Da análise dos documentos acostados aos autos, infere-se o agravante não possuir condições de voltar a exercer atividades laborais. 2. Embora o atestado juntado pelo agravante seja firmado por médico particular e esteja em confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário. 3. Jurisprudência desta E. Corte de Justiça. 4. Agravo de instrumento provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 288075-7, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em dar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.
Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 288075-7 – Comarca de Recife

Agravante: Emerson Borba Ferreira da Silva.

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Gerência Caruaru/PE.

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento diante de decisão interlocutória que indeferiu o pleito de antecipação de tutela, não concedendo o auxílio doença acidentário, espécie 91, em favor do agravante.

Em suas razões, de fls. 02/14, aduz o recorrente ser portador de lesão incapacitante e de origem laboral, decorrente das funções exercidas no Banco Santander (movimentos repetitivos e esforço excessivo).

Pugna pela atribuição do efeito substitutivo ativo ao presente recurso e, no mérito, pelo seu provimento, a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Decisão interlocutória de fls. 176/177, pelo deferimento do efeito excepcional requerido pelo ora agravante.

Contraditório, de fls. 187/193, pela ausência de requisitos autorizadores para antecipação de tutela, além afirmar não haver verossimilhança das alegações da agravante e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, e, ao final, requer que se reconsidere a decisão liminar onde se concedeu efeito ativo ao presente agravo.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça de fls. 200/203, opinando pelo provimento do presente recurso, vindo em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 de fevereiro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 288075-7 – Comarca de Recife

Agravante: Emerson Borba Ferreira da Silva.

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Gerência Caruaru/PE.

VOTO

Entendo que a decisão agravada merece reforma, senão vejamos.

Consta dos autos que o agravante labora como bancário no Banco Santander, e, em decorrência de suas atividades laborativas, desenvolveu a doença ocupacional síndrome do impacto de ombro (CID 10- M75.4), conforme fls. 144/145.

No termo do atestado de fls. 19 e dos exames de fls. 20/33, datados de 10 de outubro de 2012, observo ser o agravante portador de síndrome do impacto de ombros bilateral, periartrite calcarea de ombros, entesopatia tricipital bilateral, sinovite de punhos, tenosinovite de flexores dos dedos e síndrome do túnel carpal (CID – M75.4, M75.3, M65, M54.1), devendo-se manter afastado do trabalho por tempo indeterminado.

Da análise dos documentos acostados autos, portanto, infere-se não possuir condições de voltar a exercer atividades laborais, impossibilidade atestada pelo parecer médico trazido aos autos (fls. 19) e pelo atestado de saúde ocupacional do médico do RH do Grupo Santander Brasil, considerando-o inapto para a função, fls. 37.

Deste modo, verifico que, apesar da autarquia previdenciária ter concluído pela ausência de incapacidade do obreiro ao labor, os teores dos documentos mencionados demonstram a verossimilhança das alegações.

Embora os atestados juntados aos autos pela recorrente sejam firmados por médicos particulares e estejam em confronto com a avaliação da autarquia previdenciária, deve-se considerar que, havendo divergência entre laudos com referência à capacidade laborativa do obreiro, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação àquele órgão.

Nesse sentido entende esta E. Corte de Justiça, conforme:

PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO AO LAUDO PERICIAL RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1 - Apesar de o laudo do perito oficial ter sido contrário à concessão do auxílio-doença, observo que existe comprovação nos autos de que o INSS já concedeu o auxílio pleiteado administrativamente, o que demonstra a existência da moléstia, bem como que também estão presentes nos autos exames e laudos médicos que atestam a falta de condições por parte da agravada de retornar às suas atividades laborais 2 - Os atestados colacionados pela autora, conquanto firmados por médicos particulares e confrontantes com o laudo avaliatório

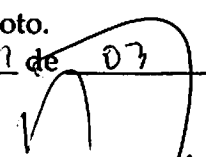
oficial, afiguram-se suficientes para demonstrar a verossimilhança das alegações, dada a situação de hipossuficiência do trabalhador em relação ao órgão previdenciário. 3- Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4- Recurso improvido à unanimidade (Agravo 271969-3/01, 2ªCDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 9/8/2012).

Quanto ao nexo de causalidade entre a lesão e o trabalho, este se verifica presente, pois a própria agravada já concedeu em 08/01/2012 o benefício espécie 91, conforme consta nos autos às fls. 61/69.

Feitas estas considerações, voto pelo provimento do presente agravo de instrumento, determinando a concessão do auxílio doença acidentário à agravante.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator